



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
Rua Carlos Chagas, s/nº - Bairro São José
Campina Grande-PB, CEP 58400-398
- <https://huac-ufcg.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23769.001631/2026-15

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE FROTA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO DA REDE HU BRASIL.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Empresa Especializada em Solução de Gerenciamento de frota para atender a necessidade de manutenção e abastecimento de veículos do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Rede HU Brasil** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações detalhadas na Tabela 1 - Descrição detalhada dos serviços (*Item 3.3.1 deste Termo de Referência*), de acordo com Estudo Técnico Preliminar (ETP) 04/2026 (60018828), realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC).

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Às contratações realizadas no âmbito da Rede HU Brasil se aplicam o Regulamento de Compras e Contratos da Rede HU Brasil - RCC v. 3.0, a Constituição da República Federativa do Brasil (CR/88), a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, a Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, a Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações e normativos internos pertinentes.

2.2. Justificativa da contratação:

2.2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede HU Brasil) foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2.2. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 40 Hospitais Universitários Federais - HUFGs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.2.3. Os hospitais da Rede Rede HU Brasil exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

2.2.4. A Rede HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.2.5. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em solução de gerenciamento de frota, destinada a atender às necessidades de manutenção e abastecimento dos veículos do Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Rede HU Brasil, assume papel estratégico no âmbito do sistema de contratações do Hospital Universitário. Tal contratação contempla um conjunto amplo e diversificado de serviços essenciais ao adequado funcionamento das atividades institucionais, contribuindo diretamente para a eficiência operacional, a continuidade dos serviços e a prestação de uma assistência à saúde pautada na qualidade e na excelência do atendimento oferecido aos usuários.

2.2.5.1. A demanda apresentada contempla a definição prévia dos contratados ao longo do exercício, os quais estão devidamente inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), observados os prazos de início do planejamento da contratação previstos no RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme os Processos 23769.008265/2025-36 e 23769.008259/2025-89, respectivamente.

2.2.6. O Serviço de Transportes do HUAC-UFCG, atende diariamente às necessidades de transporte de insumos, hemoderivados, profissionais, amostras para exames, além do transporte de pacientes para exames e terapia externas.

2.2.7. Para que este atendimento seja possível, faz-se necessário tanto o abastecimento contínuo quanto a manutenção preventiva, corretiva e higienização dos veículos a fim de mantê-los em boas condições de uso. Ressalta-se que a frota é composta por veículos em condições de uso mais severas que veículos particulares devido a utilização continuada dos serviços.

2.2.8. Considerando os objetos desta licitação, optou-se por classificar o abastecimento e a manutenção em 05 itens agrupados, formando um ÚNICO GRUPO em virtude da semelhança do serviço. Além disso, sendo a demanda atendida por um único fornecedor, será possível utilizar uma equipe de fiscalização mais enxuta, facilitando o gerenciamento e gestão do contrato.

2.2.9. A contratação de diferentes empresas para prestação dos serviços elencados, aumentaria o valor do contrato, uma vez que o custo de manutenção e abastecimento seria mais caro para este hospital. Desta maneira, a prestação do serviço de todos os itens por uma mesma empresa possibilita uma economia de escala, no tempo gasto para a realização do serviço e no gerenciamento e gestão dos serviços. Ademais, despertará um maior interesse na empresa em participar do certame em relação a esses itens, estimulando, desse modo, a competitividade. Além disso, a contratação dos itens sendo realizada por diferentes empresas tornaria a administração dos contratos complexa e dificultosa, tendo em vista a possibilidade de incompatibilidade dos serviços ou desentendimento entre as empresas, ou então a necessidade de diferentes fiscais para acompanhar diferentes contratos referentes às diversas etapas de um mesmo serviço.

2.2.10. Conforme Decreto nº 9.507/18 que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União a contratação do serviço, torna-se viável, uma vez que não existe nos Planos de Cargos e Salários da Rede HU Brasil, profissionais ou empresas com atribuições de fornecer serviços especializados que utilize tecnologia da informação na administração e controle da frota de veículos para Abastecimento com Combustíveis, Manutenção Preventiva e Corretiva e Fornecimento de Peças por Meio de Rede Credenciada de Empreendimentos (Gestão de Frotas), o objeto desta licitação.

2.2.11. Desta forma, é necessária a contratação para a prestação continuada do serviço de abastecimento e gestão compartilhada para a manutenção da frota de veículos do HUAC-UFCG.

2.2.12. Para apresentação da estimativa das quantidades a serem contratadas foi utilizado o histórico da contratação anterior, acrescida de margem de segurança de 25% para cada item (gasolina e diesel), totalizando os valores constantes na tabela 1.

2.2.12.1. Justifica-se tal margem em face dos aspectos de imprevisibilidade nas demandas de transporte assistenciais e administrativo, logo, a impossibilidade de definir quantidade exata de manutenções, como também o consumo exato de combustível, não sendo o HUAC obrigado a utilizar todo o quantitativo apresentado.

2.2.12.2. Além disso, a depreciação ocasionada pelo desgaste natural dos veículos com o passar dos anos, a ampliação na oferta de serviços disponibilizados pelo HUAC e a instabilidade no preço dos combustíveis também foram fatores relevantes para definição do percentual de acréscimo definido pela Equipe de Planejamento da Contratação.

2.2.12.3. O valor médio dos insumos foram obtidos através de consulta ao banco de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, (ANP) anexos (58110049) e (58110050).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

3.1.1. A descrição detalhada dos serviços consta na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Descrição detalhada dos serviços

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO CATSER/CATMAT	QUANT	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
01	01	Contratação de empresa especializada em serviços especializados que utilize tecnologia da informação para administração e Gerenciamento de combustível para abastecimento da frota do HUAC- UFCG-HU Brasil por meio de rede credenciada de empreendimentos.	Serviço	25518	01	Taxa de Administração igual a 0% <u>ou</u> negativa
	02	Contratação de empresa especializada em serviços especializados que utilize tecnologia da informação para administração e Gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota do HUAC- UFCG-HU Brasil por meio de rede credenciada de empreendimentos.	Serviço	25518	01	Taxa de Administração igual a 0% <u>ou</u> negativa
	03	Administração e Gerenciamento de combustível - Gasolina	Litro	461506	4.920	R\$: 38.631,00
	04	Administração e Gerenciamento de combustível - Diesel	Litro	461506	3.201	R\$: 23.438,77
	05	Administração e Gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota - Fornecimento de peças	Unidade	25518	01	R\$ 49.251,97
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO						R\$ 111.321,74
VALOR TOTAL (ANUAL) DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO						

3.2. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante neste instrumento, ou seja, na Tabela 1 - Descrição detalhada dos serviços.

3.2.2. Dos veículos:

3.2.2.1. Os veículos que compõem a frota de veículos do HUAC possuem intensa utilização, quer seja na realização de serviços externos ou transporte de pacientes, na logística de insumos, quer na condução de Empregados em deslocamentos a serviço, sejam eles dentro ou fora de Campina Grande.

3.2.2.2. A administração tem o dever de garantir o funcionamento regular e contínuo dos serviços de transporte, sob pena de acarretar irreparáveis danos aos serviços assistenciais desenvolvidos no Hospital. Por isso, o HUAC mantém uma frota de veículos, cujo funcionamento regular demanda o fornecimento permanente de combustíveis, lubrificantes, peças e serviços especializados (higienização, manutenção preventiva e corretiva).

3.2.2.3. A frota de veículos do Hospital Universitário Alcides Carneiro encontra-se descrita na Tabela 2, podendo haver alteração (inclusão e exclusão de itens) mediante a realização de termo aditivo ao contrato. O item 01 (abastecimento) abrange todos os veículos da frota, enquanto o item 02 (manutenção) abrange apenas os veículos da frota própria.

3.2.2.3.1. Por tratar de veículos locados, os veículos relacionados aos itens 03 e 04 estarão limitados exclusivamente à serviços de manutenção referente a lavagem, higienização e limpeza.

Tabela 2 - Discriminação da Frota Atual – HUAC

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	ANO	PLACA	TIPO
01	Ambulância Daily	1	Iveco	2018/2019	QSK 5F45	Própria
02	Ambulância Sprinter	1	Mercedes Benz	2017/2018	QFN 8683	Própria
03	Onix	1	Chevrolet	2025/2026	TIL 5H07	Locada
04	Picape	1	Volkswagen	2025/2026	TII 3G47	Locada

3.3. O sistema deverá permitir a inclusão de novos veículos sempre que solicitado pelo HUAC, mediante a realização de termo aditivo.

3.4. A empresa deverá apresentar um cartão para cada um dos quatro veículos, mais um cartão "coringa", que poderá ser associado a qualquer veículo, a empresa deverá fornecer segunda via dos cartões quando solicitada, sem custos adicionais para a contratante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação visa a prestação continuada de serviços de gerenciamento de frota incluindo abastecimento e manutenção veicular do HUAC /HU Brasil, cujo contrato terá vigência inicial de 1 (um) ano, com a possibilidade de prorrogação por até 5 (cinco) anos, conforme artigo 71 da Lei n.º 13.303/2016 e Arts. 165 e 188. do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC v. 3.0.

4.2. Conforme os Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação devem abranger os critérios descritos nos itens que seguem:

4.2.1. Rede Credenciada:

4.2.1.1. A fornecedora deverá possuir postos de abastecimento e oficinas credenciados nas cidades ou nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE, sendo obrigatório na cidade de Campina Grande -PB, no mínimo dez (10) postos e oficinas capacitados a executar cada serviço.

4.2.1.2. A disponibilização de rede credenciada nos referidos trechos mostra-se essencial para garantir a continuidade do abastecimento durante os deslocamentos, assegurando condições adequadas para a logística de ida e retorno dos pacientes, sem interrupções ou contratempos que possam comprometer a assistência prestada.

4.2.1.3. Dessa forma, a previsão de rede credenciada nas rotas estratégicas entre Campina Grande/PB e os estados de Pernambuco, Rio grande do Norte e Ceará constitui medida necessária para assegurar a eficiência operacional, a segurança dos deslocamentos e a continuidade dos serviços assistenciais prestados pela unidade.

4.2.1.4. A rede credenciada deve ofertar:

4.2.1.4.1. Fornecimento de combustíveis Gasolina Comum, Gasolina Aditivada e Diesel comum e S10;

4.2.1.4.2. Manutenção mecânica, incluindo-se a revisão da garantia de veículo novo, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo, isso porque, conforme as condições estabelecidas pelos fabricantes, a realização de revisões fora da rede autorizada pode acarretar a perda da garantia, gerando custos adicionais à Administração com reparos que, de outra forma, estariam cobertos pelo fabricante;

4.2.1.4.3. Serviço de guincho, com transporte em suspenso e socorro mecânico;

4.2.1.4.4. Serviço de lanternagem, funilaria e pintura;

4.2.1.4.5. Serviço de estofagem;

- 4.2.1.4.6. Serviços de alinhamento, câster, cambagem e balanceamento de rodas, simples, computadorizado e conserto de rodas;
- 4.2.1.4.7. Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves e cartões de ignição automotiva;
- 4.2.1.4.8. Serviços de manutenção de ar condicionado automotivo;
- 4.2.1.4.9. Fornecimento de toda e qualquer peça necessária;
- 4.2.1.4.10. Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- 4.2.1.4.11. Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares;
- 4.2.1.4.12. Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do HUAC/HU Brasil e do MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DA HU Brasil;
- 4.2.1.4.13. Serviços de lavagem simples e completa, aspiração;
- 4.2.1.4.14. Serviços de lubrificação, polimento, cristalização;
- 4.2.1.4.15. Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- 4.2.1.4.16. Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- 4.2.1.4.17. Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste estudo, faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo.

4.3. A prestação dos serviços acima descritos deverá atender à atual frota do HUAC-UFCG, bem como outros veículos automotores que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota.

4.4. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela fornecedora deverá constituir-se em um sistema de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento de combustíveis e da manutenção da frota, sendo que cada veículo, terá seu próprio cartão magnético ou micro-processado.

4.5. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos e oficinas credenciados pela fornecedora, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento, e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

4.6. A contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (concessionárias e oficinas automotivas com licença de operação obrigatória), nas cidades ou nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido do HUAC- UFCG, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, eletrônica, lanternagem, estofaria, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, vidraçaria, capotaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando:

4.6.1. **Manutenção preventiva:**

4.6.1.1. As manutenções serão realizadas apenas nos veículos que compõe a frota própria do HUAC;

4.6.1.2. Tal manutenção compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da equipe de fiscalização e gestão do HUAC -UFCG, são exemplos de manutenção preventiva:

- 4.6.1.2.1. Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas;
- 4.6.1.2.2. Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- 4.6.1.2.3. Lubrificação de veículos;
- 4.6.1.2.4. Trocas das placas dos veículos;
- 4.6.1.2.5. Lavagem simples e completa;
- 4.6.1.2.6. Lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação;
- 4.6.1.2.7. Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, entre outros;
- 4.6.1.2.8. Substituição de itens do motor;
- 4.6.1.2.9. Limpeza de motor e bicos injetores;
- 4.6.1.2.10. Regulagens e (limpeza) de bombas e bicos injetores;
- 4.6.1.2.11. Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da fornecedora;
- 4.6.1.2.12. Revisões periódicas em concessionárias autorizadas, quando tratar-se de veículos em geral dentro do prazo de garantia do fabricante.

4.6.1.3. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de veículos, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais, são exemplos de manutenção corretiva:

- 4.6.1.3.1. Serviços de retífica de motor;
- 4.6.1.3.2. Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- 4.6.1.3.3. Serviços de instalação elétrica;
- 4.6.1.3.4. Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- 4.6.1.3.5. Capotaria;
- 4.6.1.3.6. Tapeçaria;
- 4.6.1.3.7. Funilaria e pintura;
- 4.6.1.3.8. Serviços no sistema de arrefecimento;
- 4.6.1.3.9. Serviços no sistema de ar-condicionado.

4.7. **Assistência 24 horas:**

4.7.1. Para veículos e passageiros em caso de acidente ou pane, em território nacional, com franquias quilométrica. Reboque do veículo para oficina credenciada – quando houver – ou para local determinado pela contratada com permissão do HUAC.

4.8. A contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (postos de combustível), nas cidades ou nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido do HUAC- UFCG, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais, considerando:

4.8.1. **Rede de Postos Credenciados:**

- 4.8.1.1. A contratada deverá operar, por meio de rede de postos de abastecimento credenciados, nas áreas de circunscrição das unidades contratantes.
- 4.8.1.2. A rede credenciada deverá contar com no mínimo 10 postos de abastecimento nas circunscrições de abrangência da unidade contratante. O credenciamento de novos postos deverá ser efetivado pela contratada no prazo máximo de 30 dias contados da data da solicitação, sem qualquer ônus e conforme a necessidade da unidade contratante. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 dias a critério da Contratante, desde que devidamente justificado pela Contratada.
- 4.8.1.3. Considerando que os veículos constantemente se deslocam para as diferentes regiões do Estado, todos os veículos cadastrados deverão ser atendidos em toda a rede credenciada disponibilizada pela Contratada, em qualquer região do Estado.
- 4.8.1.4. Os postos de abastecimento deverão estar estruturados para o fornecimento dos combustíveis descritos neste termo. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento de segunda-feira a domingo das 07h00min às 22h00min, (devendo haver ao menos, 02 posto com atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana), na área circunscrição da unidade contratante.

4.8.1.5. Cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela empresa contratada, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

4.8.1.6. A empresa contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do fornecimento de combustível, ficando claro que a unidade contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

4.9. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO:**

4.9.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual;

4.9.2. A licitação será realizada por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).

4.9.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.9.4. A contratação com o fornecedor registrado será formalizada pela Ebserh/HU Brasil por intermédio de instrumento contratual.

4.9.5. O contrato a ser firmado terá a vigência de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado até o limite de 5 anos, de acordo com o art. 188, do RCC 3.0.

4.9.6. Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta, de forma escrita e fundamentada, pela parte interessada com antecedência mínima de **90 (noventa) dias** da data em que se pretende cessar a execução do objeto, podendo ser reduzido ou ampliado, a critério da Rede HU Brasil em casos onde exista risco ao regular funcionamento da unidade.

4.9.7. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas aos seguinte requisitos:

4.9.7.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.9.7.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

4.9.7.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.9.7.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a HU Brasil mantém interesse na realização do serviço;

4.9.7.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a HU Brasil;

4.9.7.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

4.9.7.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

4.10. **Treinamento:**

4.10.1. Fornecer treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

4.10.2. A Licitante será responsável, às suas expensas, pelos custos de realização de todo o treinamento dos servidores responsáveis pelas bases de gerenciamento, no que se refere à utilização dos sistemas de controle e planejamento, pelos usuários e pelos fornecedores dos serviços abrangidos nesta especificação.

4.10.3. Deve ocorrer treinamento este sempre que houver qualquer alteração no sistema da fornecedora.

4.11. **Serviços de Administração e Sistema de Gerenciamento:**

4.11.1. Para execução dos serviços objeto do presente estudo, a licitante deverá implantar e operacionalizar, junto ao HUAC- UFCG-HU Brasil, sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou smart chip, via Internet, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela contratada para atender os veículos da frota, propiciando a gestão e controle detalhado das informações, sendo possível o cadastramento de todos os veículos que integram a frota, o sistema fornecido deverá possuir tecnologia que possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

4.11.1.1. Abertura de ordens de serviço on-line/real time;

4.11.1.2. Recebimento de orçamento on-line/real time;

4.11.1.3. Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças acessórias e serviços

4.11.1.4. Os valores constantes no orçamento deverão estar compatíveis com os valores praticados no mercado nacional, observados os princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração.

4.11.1.4.1. Os orçamentos apresentados pela rede credenciada para fornecimento de peças e execução de serviços automotivos deverão observar, obrigatoriamente, os valores constantes em plataforma técnica especializada de referência nacional, amplamente utilizada pelo mercado automotivo, vigente na data da elaboração do orçamento.

4.11.1.4.2. Na ausência de item específico na base referencial adotada, os valores apresentados deverão estar compatíveis com a média de mercado, sendo exigida comprovação por meio de cotações atualizadas.

4.11.1.5. Cotação de preços de peças, acessórios e serviços que estiver sendo efetuado;

4.11.1.6. Na resposta à solicitação de orçamento, informação automática – via sistema – dos preços médios praticados pelo mercado, de peças, acessórios e mão de obra de serviços efetuados, para análise de possíveis discrepâncias e comparação;

4.11.1.7. Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;

4.11.1.8. Sistemas integrados de informações, permitindo a geração de relatórios gerenciais;

4.11.1.9. Sistemas tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da Licitante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos gestores/fiscais designados pela Administração;

4.11.1.10. Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE, e em especial, no município de Campina Grande - PB, preparadas para aceitar transações com as senhas dos usuários dos sistemas;

4.11.1.11. A Licitante deverá ter em sua rede conveniada pelo menos dez (10) empresas para manutenção de veículos distribuídas em Campina Grande - PB, especializada em cada tipo de serviço ofertado;

4.11.1.12. Banco de dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados e despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;

4.11.1.13. O sistema deve permitir a identificação dos serviços que cada credenciado está capacitado a executar através de cadastro de especialidades, assim como históricos de manutenção para auxiliar futuras negociações;

4.11.1.14. O sistema deve permitir o controle de garantia de peças e mão de obra, alertando para esta garantia e informando o item e a oficina que devem atender a garantia.

4.12. **Sistema de Gerenciamento:**

4.12.1. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de consumo de combustível por veículo em litros, quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, através de:

4.12.1.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota;

4.12.1.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto às oficinas credenciadas;

4.12.1.3. Sistema operacional para processamento das informações via web em tempo real pelo HUAC e Rede Credenciada;

4.12.1.4. Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via web em tempo real (on-line);

4.12.1.5. Acesso para o HUAC, devendo permitir, além do acesso, consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos perfis/níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela Contratante;

- 4.12.1.6. Informatização dos dados do veículo e respectiva unidade organizacional, da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis;
 - 4.12.1.7. Possibilidade de adquirir peças diretamente de distribuidores credenciados, reduzindo custos com aquisição;
 - 4.12.1.8. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela Internet;
 - 4.12.1.9. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da licitante;
 - 4.12.1.10. Interface digital (oficinas x HUAC);
 - 4.12.1.11. Orçamento eletrônico com acesso online (as oficinas credenciadas cadastrarão os orçamentos diretamente no sistema via web);
 - 4.12.1.12. Banco de dados dos históricos de orçamentos e de manutenções realizadas;
 - 4.12.1.13. Planilha de custos por marca/modelo/veículo/unidade;
 - 4.12.1.14. Consumo de combustível em litros por veículo;
 - 4.12.1.15. Histórico de manutenção por veículo;
 - 4.12.1.16. Registro de garantia de peças/serviços;
 - 4.12.1.17. Ferramenta on-line para avaliação e autorização de serviço;
 - 4.12.1.18. Relatório de custos.
- 4.12.2. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, cartões, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está na taxa de Administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo qualquer ônus adicional ao HUAC não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela Contratante.
- 4.12.3. A gestão compartilhada da manutenção da frota de veículos, gerida pela contratante e pela contratada, por meio de sistema informatizado de controle integrado compreende o atendimento, orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados e todos os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos do HUAC, observadas todas as marcas/modelos de cada fabricante, e restauração do bem às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados pela contratada, devendo a mesma:
- 4.12.3.1. Apresentar lista de sua rede credenciada, que deve ser capaz de atender tanto nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE, quanto a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos pertencentes à frota, mantendo-a sempre atualizada;
 - 4.12.3.2. Designar, junto ao HUAC, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos e celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato entre contratada e HUAC, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados;
 - 4.12.3.3. Providenciar, sempre que solicitado, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos, ou ainda, por quaisquer outras questões técnicas;
 - 4.12.3.4. Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos, cartão eletrônico do sistema destinado aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada;
 - 4.12.3.5. Prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.
- 4.12.4. A contratada deverá manter credenciamento de, no mínimo, um prestador dos segmentos de serviços a seguir listados, caso as próprias oficinas credenciadas não os detenham, não cabendo terceirização, nas rodovias que ligam a cidade de Campina Grande/PB às capitais e principais cidades próximas: João Pessoa/PB, Cajazeiras/PB, Natal/RN e Recife/PE:
- 4.12.4.1. Concessionárias autorizadas de todas as marcas de fabricantes de veículos que compõem a frota, visando que seja mantida a garantia de fábrica, para veículos novos;
 - 4.12.4.2. Empresa especializada no fornecimento e serviços de adesivos/adesivagem, plotagem, envelopamento automotivo nos padrões do HUAC;
 - 4.12.4.3. Empresa especializada no fornecimento de cópia de chaves simples e codificadas, assim como na abertura de portas e fechaduras de veículos automotores;
 - 4.12.4.4. Empresa especializada no fornecimento de placas de identificação e tarjetas para todas as marcas e modelos de veículos da Contratada, no padrão estabelecido pelo CONTRAN;
 - 4.12.4.5. Empresa especializada na colação e retirada de películas de controle solar para veículos automotores;
 - 4.12.4.6. Empresa especializada no serviço de socorro mecânico, através de guinchos, plataformas, capazes de atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota;
 - 4.12.4.7. Empresa especializada nos serviços de lavagem geral interna e externa, polimento, cristalização, lubrificação;
 - 4.12.4.8. Empresa especializada no fornecimento de peças e serviços referentes à tapeçaria automotiva;
 - 4.12.4.9. Empresa especializada nos serviços e fornecimento de peças referentes a alinhamento ou geometria e balanceamento, tanto simples como computadorizado, cambagem e câster, além do fornecimento de materiais relativos ao serviço, como pneus, bicos e câmeras;
 - 4.12.4.10. Empresa especializada nos serviços de borracharia automotiva, além do fornecimento de materiais relativos ao serviço, como pneus, bicos e câmeras, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve.
- 4.12.5. O sistema deverá possibilitar aquisição por meio da rede credenciada da Fornecedor, de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo em geral solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora de veículos e embarcações e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotiva e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:
- 4.12.5.1. As peças a serem fornecidas devem atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296).;
 - 4.12.5.2. De outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora de veículos, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.
- 4.12.6. O sistema deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, conforme segue:
- 4.12.6.1. Manutenção preventiva, que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo;
 - 4.12.6.2. Manutenção corretiva, que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar pequenas avarias;
 - 4.12.6.3. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a Contratante com relação aos veículos com garantia de fábrica, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas;
 - 4.12.6.4. Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

4.12.6.5. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos. Não sendo possível atender as necessidades do HUAC em alguma localidade, a Fornecedora deverá providenciar o reparo na localidade mais próxima, sendo esse deslocamento realizado a expensas da Fornecedora, sempre que o veículo apresente defeito que o imobilize.

4.12.7. O sistema deve ser compatível com o sistema operacional, navegadores e ferramentas de escritório padrão Microsoft, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5. REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O regime de execução adotado para a contratação será o da empreitada por preço unitário, haja vista a imprecisão inerente aos quantitativos levantados que, conforme exposto neste documento, trata-se de um quantitativo estimado para o consumo no período de um ano que pode sofrer variação a depender das demandas assistenciais e eventuais alterações no perfil de atendimento do hospital.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, aplicável à Ebserh/HU Brasil, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO

6.1. Por se tratar de prestação de serviço continuado, onde existem obrigações na execução do serviço durante toda a sua execução, será formalizado termo de contrato com a licitante vencedora;

6.1.1. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, com base no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 e nos Arts. 165 e 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC v. 3.0.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Do Recebimento:

7.1.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

7.1.2. No prazo de até 5 dias do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

7.1.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.1.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.;

7.1.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.1.3.2.4. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado/servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.3.2.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.3.2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.1.4. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.4.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.4.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.4.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.1.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2. Dos Critérios da execução:

7.2.8. Os prazos para execução dos reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 horas, a partir da autorização do fiscal do contrato para a realização do serviço orçado, salva exceções devidamente justificadas.

7.2.9. A gestão compartilhada, também denominada orçamentação, envolve:

7.2.9.6. O HUAC faz a solicitação do serviço/fornecimento de peças, através do sistema informatizado;

7.2.9.7. A contratada é responsável pela emissão de cotação e negociações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas.

7.2.9.8. O HUAC é o único que pode autorizar os orçamentos previamente apresentados.

7.2.9.9. A oficina executa os serviços/peças autorizados.

7.2.9.10. A contratada é responsável pela conferência das notas fiscais/faturas das credenciadas, que posteriormente, serão enviadas ao HUAC.

7.2.10. A contratada deverá fornecer cartões magnéticos para todos os veículos, e

- 7.2.11. 01 (um) cartão sobresaliente, sem ônus para o HUAC com a função de cartão coringa.
- 7.2.12. Os cartões terão programação de limite para as execuções dos abastecimentos, podendo sofrer alterações e agendamentos de limites programáveis via web pelo HUAC.
- 7.2.13. O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo HUAC, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão pagas pela licitante.
- 7.2.14. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.2. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente entregues, conforme previsto na padronização de pagamentos do HUAC (processo SEI nº 23769.005670/2022-50).
- 9.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 9.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 9.5. O pagamento será efetuado pela Contratante até o 15º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.
- 9.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 9.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.7. Setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.7.2. O prazo de validade;
- 9.7.3. A data da emissão;
- 9.7.4. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.7.5. O período de prestação dos serviços;
- 9.7.6. O valor a pagar; e
- 9.7.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, Cadastro Informativo de crédito não quitados do setor público federal - CADIN; Cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; Certidão negativa de Inidôneos - TCU para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.10. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, Cadastro Informativo de crédito não quitados do setor público federal - CADIN; Cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; Certidão negativa de Inidôneos - TCU regularidade.
- 9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.16. A RedeHU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido prevista na contratação.
- 9.17. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 6% (seis por cento) de correção monetária.
- 9.18. **Índice de Medição de Resultados - IMR**
- 9.18.8. Conforme previsto no art. 50, inciso II, alínea c da IN 05 2017 do MPDG, a empresa deverá emitir a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 9.18.9. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE;
- 9.18.10. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.18.10.1. não produziu os resultados acordados;
- 9.18.10.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 9.18.10.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.18.11. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203, § 1º, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC v. 3.0.
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 9.18.12. **Fiscalização:**
- 9.18.12.4. A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela Fiscalização constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE;
- 9.18.12.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a

- distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 9.18.12.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.
- 9.18.12.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 9.18.12.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 9.18.12.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.
- 9.18.12.10. Serão considerados como abastecimentos fracassados todos os abastecimentos que não forem realizados no sistema de abastecimento, como falha no sistema, falta de combustível, descredenciamento não comunicado, etc.
- 9.18.12.11. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Tabela 5 - Índice de Medição de Resultados - IMR

INDICADOR Nº 1 - PORCENTAGEM DE ABASTECIMENTOS BEM-SUCEDIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ABASTECIMENTOS PRETENDIDOS (ITEM 01)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o abastecimento dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento.
Meta a cumprir	95% ou mais de abastecimentos efetivamente realizados em comparação com o total de abastecimentos pretendidos pela CONTRATANTE.
Instrumento de medição	Abastecimentos realizados com êxito
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$IMR \geq 95\%$: 100% do valor da nota fiscal $95\% \leq IMR < 90\%$: 95 % do valor da nota fiscal $IMR < 90\%$: 90 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência
Início da vigência	O IMR abaixo de 90% requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Faixas de ajuste no pagamento	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais incidentes justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. O atraso de até 10 dias, se recorrente, também requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa
INDICADOR Nº 2 - PORCENTAGEM DE MANUTENÇÃO BEM-SUCEDIDA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MANUTENÇÃO PRETENDIDA (ITEM 02)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados (oficinas)
Meta a cumprir	95% ou mais de manutenções efetivamente realizadas em comparação com o total de manutenções pretendidas pela CONTRATANTE
Instrumento de medição	Manutenções realizadas com êxito
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Percentual de manutenção fracassados em relação ao total de manutenção pretendida. MS = quantidade de manutenções bem sucedidas. MF = quantidade de manutenções fracassadas $IMR = MS/(MS+MF)$
Início da vigência	Início da prestação do serviço contratado
Faixas de ajuste no pagamento	$IMR \geq 95\%$: 100% do valor da nota fiscal $95\% \leq IMR < 90\%$: 95 % do valor da nota fiscal $IMR < 90\%$: 90 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência
Sanções	O IMR abaixo de 90% requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais incidentes justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa

- 9.19. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.
- 9.20. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 9.21. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.
- 9.22. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.

10. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. O procedimento de contratação será conduzido através de Pregão Eletrônico, na forma SRP, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC v. 3.0.

10.2. Os serviços, objeto da contratação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, representado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

11.2. Considerando que a Administração não pretende pagar valor acima do estimado para a execução dos serviços, a taxa de administração estimada, ou seja, a máxima aceitável, será de 0% (que equivale ao valor estimado da contratação).

11.2.1. O percentual da taxa de administração **negativa** deverá ser entendido como taxa de desconto na fatura mensal do objeto.

11.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item conforme disposto abaixo:

11.2.2.1. Tendo em vista que o sistema *Compras.gov.br* não permite a oferta de lances negativos inferiores 0,00% (zero por cento), para alcançar os percentuais negativos de taxa de administração, os participantes deverão ofertar os seus lances em valor monetário (R\$), tendo como parâmetro o valor de R\$ 200,00, conforme tabela abaixo:

11.2.2.2. **Deverá ser consignado no campo apropriado do sistema eletrônico (itens 01 e 02 do grupo) a oferta do menor percentual da taxa de administração para o gerenciamento do abastecimento da frota, expressa através do fator de correção (FC) a ser calculado da seguinte forma:**

Valor do lance monetário (R\$)	Valor do lance corrigido em percentual	Taxa
R\$200,00	100% (Cem por cento)	(taxa de administração positiva) ver item 11.2
R\$ 100,00	0% (zero por cento)	(taxa de administração com percentual zero)
R\$ 0,00	- 100% (Menos cem por cento)	(taxa de administração negativa)

11.2.2.3. **Exemplo 1:** Para um licitante que desejar propor um valor de 0,1% (taxa de administração positiva) da taxa de administração dos serviços, teríamos o seguinte Fator de Correção: FC = R\$ 100,10. Assim, o cadastro a ser realizado no sistema seria FC= 100,10.

11.2.2.4. **Exemplo 2:** Para um licitante que desejar propor um valor de 0,0% (taxa de administração zero) da taxa de administração dos serviços, teríamos o seguinte Fator de Correção: FC = R\$ 100,00. Assim, o cadastro a ser realizado no sistema seria FC= 100,00.

11.2.2.5. **Exemplo 3:** Para um licitante que desejar propor um valor de - 0,1% (taxa de administração negativa) da taxa de administração dos serviços NEGATIVA, teríamos o seguinte Fator de Correção: FC = R\$ 99,90. Assim, o cadastro a ser realizado no sistema seria FC= 99,90.

11.2.2.5.1. O chamado “Fator de Correção” foi adotado para adaptação ao sistema informatizado de licitações da modalidade licitatória pregão eletrônico, a fim de viabilizar a adoção do critério “MENOR PREÇO”, já que o aludido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (e sim inferiores) bem como quando o valor do objeto é disponibilizado em percentual.

11.2.2.5.2. **NÃO** deverá ser ofertado lance para os itens 04 e 05 do grupo, devendo ser mantidos os preços disponibilizados, já que estes valores compõem o valor do contrato para montante disponível para abastecimento dos veículos durante sua vigência.

11.2.3. A taxa negativa significa que a licitante está ofertando desconto (em porcentagem) deduzindo no valor da fatura, e com isto, não poderá cobrar taxa de administração, e sim deduzir na fatura o desconto (em porcentagem) ofertado na fase de lances.

11.2.4. Tendo em vista que a atividade fim do objeto licitado - Serviço de gerenciamento de abastecimento e manutenção de frotas - recai apenas sobre os itens 01 e 02 (taxa de administração dos serviços prestados). E ainda, que os demais itens (gasolina, diesel e peças) são apenas o meio/objeto da execução serviços a serem prestados, os valores desses últimos não deverão ser objeto de disputa (lances), pois corresponde ao valor total do contrato a ser executado durante sua vigência (montante disponível para abastecimento dos veículos), estimado na tabela 1 deste Termo de Referência.

11.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”.

11.4. O intervalo entre os lances será de **0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento)**.

11.5. Condições de participação:

11.5.1. O serviço objeto deste Termo de Referência deve ser prestado de forma continuada e de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na legislação em vigor.

11.5.2. Para participação na licitação deverão ser observados:

11.5.2.1. Observância das previsões constantes no Art. 39, incisos I a VIII, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Rede HU Brasil;

11.5.2.2. a [Política de Transações com Partes Relacionadas](#);

11.5.2.3. participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

11.6. Não poderão participar da licitação ainda, os interessados:

11.6.1. A Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, em razão do Acórdão TCU 746/2014 – Plenário, que firma entendimento no sentido de que é vedado às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, participarem de processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Federal.

11.7. Participação de ME/EPP:

11.7.1. Em atenção ao disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, modificada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2013, e mais especificamente no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que trata da exclusividade de participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens licitados com valor total inferior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sugerimos o seu afastamento com fulcro no art. 10, inciso I, do supracitado Decreto nº 8.538/2015, quais sejam:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos Arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

11.7.2. Como também previsto no art. 49, inciso II, da LC 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (58455515);

11.7.3. Ainda com relação ao Decreto nº 8.538/2015, temos:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

[...]

§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

11.7.4. Durante a pesquisa de competitividade, não foi encontrado o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediadas nos limites geográficos da região Nordeste e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme disposto no artigo 10 do [Decreto nº 8.538/2015](#), que possa estabelecer o tratamento diferenciado previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), conforme **Análise de Competitividade (58455515)**.

11.7.5. Outrossim, a ampla concorrência entre os fornecedores poderá favorecer o ganho de escala à Administração, uma vez que os próprios ofertantes dos serviços a serem licitados poderão participar do certame, o que não ocorreria, em tese, caso os itens fossem exclusivos à participação de fornecedores de menor porte, os quais repassariam os custos da intermediação comercial.

11.7.6. Assim, conforme justificativa apresentada pela Equipe de Planejamento da Contratação, **afastamos a aplicação dos benefícios, de forma a ampliar ao máximo possível a competição a todas os particulares interessados na participação desse certame**, independentemente de seu porte empresarial, inclusive os próprios fabricantes dos materiais que serão licitados por este certame, nos termos do art. 49, inciso II, da LC 123/2006.

11.8. **Requisitos de Habilitação:**

11.8.1. **Habilitação Jurídica:**

11.8.1.1. No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.8.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.8.1.3. No caso de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.8.1.4. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;;

11.8.1.5. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

11.8.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.8.1.7. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.8.1.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

11.8.1.9. No caso de consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n.º 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 69, incisos I e II, do RCC 3.0).

11.8.2. **Habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista:**

11.8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.8.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.8.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.8.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.8.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.8.3. **Capacidade econômico-financeira:**

11.8.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

11.8.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

11.8.3.2.1. caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para a contratação para o período de doze meses.

11.8.3.2.2. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.8.3.3. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

11.8.3.4. exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

11.8.3.5. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.8.4. A exigência de apresentação de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento aos índices econômicos previstos no edital, bem como da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que possam impactar sua capacidade econômico-financeira, fundamenta-se no art. 65, § 14, incisos I e II, do RCC 3.0.

11.8.5. **Qualificação técnica:**

11.8.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

11.8.5.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.8.6. **Qualificação Técnico-Operacional**

11.8.6.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.8.6.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.8.6.1.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de um (01) ano do licitante na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

11.8.6.1.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo licitante, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total do objeto da contratação;

11.8.6.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

11.8.6.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Ebserh/HU Brasil, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.8.6.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.9. **Da vistoria:**

11.9.7. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11 horas, ou 14 horas às 16 horas;

11.9.8. A vistoria deverá ser agendada com a Unidade de Suporte Operacional - USOP através do telefone (83) 2101-5603. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.9.9. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.9.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11.9.11. A realização da visita pode ser comprovada por:

11.9.12. Declaração de vistoria assinada pelo colaborador responsável, nos termos do item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e conforme modelo constante no **ANEXO I - F** deste Termo de Referência; **OU**

11.9.13. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, nos termos item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do **ANEXO I - G** deste Termo de Referência.

11.10. **Proposta:**

11.10.14. Será consagrada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, observando-se o critério de julgamento **maior desconto (menor taxa de administração)**.

11.10.15. Considerando que, geralmente, o sistema para Gerenciamento de Frotas é o mesmo para Abastecimento e Manutenção da Frota, o pregão será por GRUPO, que contemplará ambos os serviços, vencendo a licitante que oferecer o maior desconto (menor taxa de administração) para o grupo (exclusivamente itens 1 e 2).

11.10.16. Desse modo, a empresa deverá seguir as orientações do tópico 11.1 e 11.2 deste Termo de Referência.

11.10.17. Para efeito de julgamento das propostas, serão aceitas taxas de administração de valor zero ou negativas, podendo ser solicitada a demonstração de exequibilidade da proposta.

11.10.18. A taxa de administração a ser cobrada pela Contratada, incidente sobre o montante referente aos produtos e serviços utilizados no mês, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.

11.10.19. Toda a remuneração empregada para a sua atividade não resultará em qualquer tipo de repasse “acréscimo” dos custos para o contrato e nem com a rede de estabelecimentos credenciados junto à Contratada.

11.10.20. A qualquer tempo, se houver indícios de inexecução da proposta, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do Art. 62, § 2º, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Situação essa que deverá ser observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) quanto a descaracterização dos dados pessoais e sensíveis.

11.10.21. Na taxa em comento deverão estar incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente compõem o objeto licitado, a exemplo de: instalação ou disponibilização de sistemas, instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, dispositivos eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia similar, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de operação, demais insumos, impostos, transporte, mão-de-obra, enfim, demais despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

11.10.22. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.10.23. As quantidades demonstradas no quadro de informações relevantes para o dimensionamento da proposta, são estimativas, deste modo, o HUAC- UFCG poderá não fazer uso da totalidade dos itens, quantidades e ou valores até o término da execução contratual.

11.10.24. No detalhamento da proposta, deve constar obrigatoriamente o valor global ofertado, o valor monetário da taxa de administração e seu percentual, como também o percentual de descontos ofertado individualmente para cada item (01 e 02).

11.10.25. Deverá constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de Fornecedores da Rede HU Brasil. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

11.10.26. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

11.10.27. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12. **SIGILO DO ORÇAMENTO**

12.1. Nos termos do art. 30, do RCC 3.0, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.

12.2. No presente caso, justifica-se a não adoção do sigilo, considerando que o critério de julgamento será o de maior desconto (menor taxa de administração), conforme art. 30, § 2º do RCC 3.0. A divulgação do valor estimado não compromete a competitividade do certame, observando-se os princípios da transparência e da isonomia.

12.3. Considerando as quantidades supracitadas e o valor estimado apurado, o valor total para a contratação é de **R\$ 111.321,74 (cento e onze mil trezentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos).**

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.

14. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.2. A vedação à subcontratação do objeto justifica-se pelas características dos serviços de gerenciamento de frota, abastecimento e manutenção veicular, que demandam gestão integrada, controle centralizado das operações e responsabilidade direta da contratada, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e o RCC 3.0 da Ebserh. A fragmentação dessas atividades por meio de subcontratação poderia comprometer a eficiência da execução, dificultar a fiscalização e a apuração de responsabilidades, aumentando os riscos operacionais e administrativos. Ressalta-se que a utilização de rede credenciada de postos e oficinas constitui característica própria desse modelo de contratação e não se confunde com subcontratação do objeto principal, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução dos serviços.

15. GARANTIA DO SERVIÇO

15.1. Durante toda a vigência contratual, é obrigação da CONTRATADA sanar qualquer vício, defeito ou falha que interfira na prestação do objeto da contratação.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.2. Não será solicitada garantia.

16.3. Considerando as características do objeto, entende-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se adequada, tendo em vista que a execução dos serviços ocorre de forma continuada, com pagamentos condicionados à efetiva prestação dos serviços e à comprovação das despesas realizadas.

16.4. Adicionalmente, os riscos inerentes à contratação são mitigados por meio do acompanhamento contínuo da execução contratual pela fiscalização administrativa e técnica, bem como pela previsão de sanções contratuais em caso de descumprimento das obrigações assumidas, não se verificando, portanto, a necessidade de exigência de garantia contratual, por não se mostrar medida proporcional aos riscos envolvidos.

16.5. Para a presente contratação, **não será exigida** a prestação de garantia de execução contratual por parte da adjudicatária.

16.6. A não exigência ampara-se no caráter facultativo previsto no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 185 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC) da Ebserh - Versão 3.0, os quais estabelecem que a Administração "poderá" exigir a garantia, tratando-se, portanto, de ato discricionário a ser avaliado conforme o caso concreto.

16.7. A dispensa da garantia justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes motivos:

16.7.1. Natureza do Objeto e Pagamento *A Posteriori*: Trata-se de serviço de gerenciamento eletrônico de frota em que o pagamento pela Administração ocorre estritamente após a efetiva prestação do serviço (manutenção ou abastecimento) pela rede credenciada. Inexistindo repasse antecipado de valores, o risco financeiro direto ao erário é substancialmente mitigado.

16.7.2. Fomento à Competitividade e Economicidade: A exigência de garantia (seguro, caução ou fiança) impõe custos adicionais às licitantes, que tendem a ser repassados à Administração na formação de seus preços. Ao dispensar essa exigência, busca-se atrair maior número de interessados e viabilizar a obtenção de propostas mais vantajosas (taxa de administração reduzida, zerada ou negativa).

16.7.3. Ausência de Responsabilidade Solidária/Subsidiária: A Contratada figura como única responsável pelo pagamento à sua rede credenciada, não havendo assunção de passivo financeiro por parte do Hospital em caso de inadimplemento da empresa para com seus credenciados.

16.8. Eventuais riscos de inexecução ou falha na prestação dos serviços encontram-se resguardados por outros mecanismos de controle previstos neste Termo de Referência e no RCC Ebserh 3.0, notadamente a estrita fiscalização contratual, a possibilidade de aplicação de sanções administrativas rigorosas, a rescisão unilateral do contrato e, se necessário, a convocação de licitantes remanescentes (cadastro de reserva).

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.9. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

17.10. Em consonância com o Art. 6º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC v. 3.0, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

17.11. Art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Rede HU Brasil:

(...)

II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

17.12. Em consonância com o Art. 7º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC v. 3.0, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 7º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, com prioridade para a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Rede HU Brasil;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

17.13. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

17.14. Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº. 7.746/2012:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

17.15. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

17.16. Observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Embalagens e materiais

a) Dar preferência a medicamentos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil separação de componentes.

b) Utilizar embalagens com volume mínimo necessário, reduzindo o uso de insumos e o impacto no descarte.

c) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

II - Produção e origem dos medicamentos

d) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à Anvisa, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais.

e) Estimular a aquisição de medicamentos produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

III - Logística e transporte

f) Sempre que possível, utilizar logística reversa ou sistemas de recolhimento de medicamentos vencidos ou inservíveis, conforme preveem as Resoluções Conama nº 358/2005 e RDC/Anvisa nº 222/2018

g) O transporte e armazenamento dos medicamentos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

IV - Gestão e destinação final

h) As unidades de saúde deverão destinar medicamentos vencidos ou fora de uso a empresas licenciadas para tratamento e incineração de resíduos farmacêuticos, garantindo destinação ambientalmente adequada.

i) A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovante de destinação dos resíduos químicos oriundos da fabricação, transporte ou recolhimento de medicamentos

V - Aspectos sociais e institucionais

j) Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança, conforme a NR 32 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança em serviços de saúde.

k) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTE

- 18.17. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano complementar à garantia legal, da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.17.4. Dentro do prazo de vigência do contrato, o critério da Contratante e analisando os preços de mercado, a reservas orçamentárias contratadas para manutenção e abastecimento contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se a seguinte metodologia:
- 18.17.4.1. Para abastecimento de combustíveis: atualização dos preços dos combustíveis conforme dados informado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- 18.17.4.2. Para manutenção de veículos: o total da previsão de consumo será atualizado conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 18.18. **A taxa de administração terá percentual fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.**
- 18.19. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.20. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.21. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.22. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.23. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.24. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 18.25. Da formalização do ajuste:
- 18.25.5. As obrigações decorrentes deste procedimento licitatório serão formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período inicial de 01 (um) ano, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do arts. 165 e 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil- RCC 3.0.
- 18.25.5.3. O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HUAC/HU Brasil após encerrada a fase seleção do fornecedor.
19. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 19.26. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
20. **ANEXOS**
- 20.27. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:
- 20.27.6. **Anexo I - A: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 04/2026 (60018828);**
- 20.27.7. **Anexo I - B: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;**
- 20.27.8. **Anexo I - C: DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;**
- 20.27.9. **Anexo I - D: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (58110356);**
- 20.27.10. **Anexo I - E: DECLARAÇÃO DE VISTORIA;**
- 20.27.11. **Anexo I - F: DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA;**
- 20.27.12. **Anexo I - G: ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS (60020901);**
- 20.27.13. **Anexo I - H: TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (60020958);**
- 20.27.14. **Anexo I - I: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (60021037).**
21. **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**
- 21.28. De acordo com a Portaria SEI nº 800/2025, Retificada (56547937), que dispõe sobre a delegação de competências no âmbito da Unidade, compete ao Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar aprovar o presente Termo de Referência.
- IX - compete ao Chefe da Divisão de Gestão do Cuidado e Apoio Diagnóstico e Terapêutico, ao Chefe da Divisão Médica, ao Chefe da Divisão de Enfermagem, ao Chefe do Setor de Gestão do Ensino, ao Chefe do Setor de Gestão da Pesquisa e da Inovação Tecnológica em Saúde, ao Chefe da Divisão de Administração e Finanças, ao Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar e ao Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, de acordo com a vinculação hierárquica da Unidade Requisitante, nos termos do art. 33 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (3.0):*
- 21.29. Segue para apreciação da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar do Hospital Universitário Alcides Carneiro.

Equipe de Planejamento da Contratação

(Assinado eletronicamente)
Eliane de Souza Santana
 Chefe da Unidade de Suporte Operacional
 Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)
Jéssika Lorena Bandeira Cruz da Silva
 Assistente Administrativo
 Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Rogério Marinho Porto
 Assistente Administrativo
 Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Yuri Newman Freire Jovino
 Assistente Administrativo
 Integrante Demandante da EPC

Designação da Equipe: Portaria - SEI 82/2026 (57836742), publicada no Boletim nº 794 (57838616) de 09 de fevereiro de 2026.

- 21.30. De acordo.
- 21.31. Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a **Contratação de Empresa Especializada em Solução de Gerenciamento de frota para atender a necessidade de manutenção e abastecimento de veículos do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Rede HU Brasil**, proporcionará maior controle, rastreabilidade e eficiência na gestão dos serviços de manutenção e abastecimento, com potencial redução de custos operacionais, otimização dos recursos públicos e melhoria da gestão administrativa da Unidade Hospitalar.
- 21.32. As questões administrativas ficarão dispostas no Edital.
- 21.33. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.
- 21.34. **Autorizo a INSTAURAÇÃO do procedimento licitatório**, e encaminho a Unidade de Compras e Licitações para continuidade da instrução processual.

(Documento assinado eletronicamente)

Regina Alcântara Jordão de Vasconcelos
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar HUAC/UFCG/HU Brasil

ANEXO I - B: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

_____, (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra em nenhuma das hipóteses de impedimento de Licitar e Contratar, em especial as dispostas Art. 70, incisos I a XII, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, **bem como na vedação prevista no art. 18, inciso XI, da Lei nº 15.321/2025.**

Art. 69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Rede HU Brasil” a empresa:

I - suspensão no âmbito da Rede HU Brasil”;

II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III - impedida de licitar e de contratar com a União;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício Rede HU Brasil”;

X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Rede HU Brasil.

§ 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Rede HU Brasil”, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Rede HU Brasil;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Rede HU Brasil;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Rede HU Brasil cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Rede HU Brasil.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Rede HU Brasil há menos de 6 (seis) meses

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

(representante legal – nome e cargo)

ANEXO I - C: DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

A EMPRESA _____, com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal _____, DECLARA:

• que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme estabelece o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

(representante legal – nome e cargo)

ANEXO I - E: DECLARAÇÃO DE VISTORIA
[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Eu, _____ (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da Empresa _____, declaro expressamente que vistoriei as áreas do HUAC/HU Brasil, a fim de inspecionar as instalações e realizar vistoria técnica das áreas físicas, para a **Contratação de Empresa Especializada em Solução de Gerenciamento de frota para atender a necessidade de manutenção e abastecimento de veículos para atender** as necessidades do Hospital Universitário Alcides Carneiro, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU Brasil), obtendo o conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, de acordo com o Edital e anexos do PE XX/202X.

Campina Grande/PB, ____ de _____ de 2026.

NOME, CARGO E MATRÍCULA CONTRATANTE

NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO I - F: DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA
[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Declaro que a empresa _____ CNPJ nº _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, tem conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista para as dependências do HUAC/Rede HU Brasil. Declaro, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declara que foi dado acesso às dependências do HUAC, onde parte da operação da atividade ocorre, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência e no Edital do PE XX/2026.

NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Campina Grande/PB, ____ de _____ de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane de Souza Santana, Chefe de Unidade**, em 06/05/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessika Lorena Bandeira Cruz da Silva, Assistente Administrativo**, em 06/05/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina de Alcantara Jordão de Vasconcelos, Chefe de Divisão**, em 07/05/2026, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Newman Freire Jovino, Assistente Administrativo**, em 07/05/2026, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60583125** e o código CRC **B5D4CC29**.

Referência: Processo nº 23769.001631/2026-15 SEI nº 60583125